

Política

4522505

O Conselho Nacional de Justiça está investigando um suposto esquema entre escritórios de advocacia e a distribuição de processos no Tribunal de Justiça do Pará.

Operação Naufrágio

PARENTES DEVEM PERDER ATÉ 65% DOS SALÁRIOS

Familiares de magistrados ocupavam chefias no tribunal com salário maior

FELIPE QUINTINO

fquintino@redgazeta.com.br

■ A nova resolução antinepotismo do Tribunal de Justiça do Estado (TJES) vai impor a redução dos salários dos servidores que ocupavam cargos comissionados e de chefia no Judiciário capixaba, embora tenham passado em concursos públicos.

O índice de corte é de 65%. É que eles recebiam o seu salário normal acrescido desse percentual pela função do cargo de confiança. Por essa garantia, além da proximidade com a família, era considerado vantajoso ficar nessa situação, agora proibida por decisão inédita do Tribunal Pleno.

Com esse acréscimo, o salário poderia representar aumento de até R\$ 3,6 mil. Todos terão que retornar para as funções de origem pelas quais foram aprovados. Na prática, o que acontecia é que parentes de magistrados, aprovados em concursos e lotados em comarcas do interior, acabavam

proibido parentes de magistrados em linha reta, colateral e até terceiro grau e também por afinidade, cônjuge ou companheiro ocuparem cargo comissionado no TJES, ainda que esses servidores sejam concursados.

O presidente em exercício do TJES, desembargador Alvaro Bourguignon, afirmou que a resolução tem caráter inédito no país. "É uma decisão restritiva. Não há notícias de nenhum outro tribunal no país que tenha tomado uma medida tão rigorosa. É mais rigorosa do que a própria resolução do Conselho Nacional de Justiça", afirmou.

REAÇÃO

A resolução veio como uma das medidas depois do caso da Operação Naufrágio, que prendeu três desembargadores: Frederico Guilherme Pimentel, Elpídio José Duque e Josenider Varejão Tavares. Também foram presos o juiz Frederico Luís Pimentel, a



DECISÃO. Medida tomada pelos desembargadores foi mais uma provocada pela divulgação das denúncias sobre a Operação Naufrágio

CARLOS ALBERTO SILVA

marcas do interior, acabavam ficando à disposição do TJES em Vitória e com o salário considerado maior.

O diagrama do Ministério Público Federal (MPF) apontou servidores que são parentes de desembargadores nessa situação. A presidência do tribunal terá o prazo de 30 dias para levantar os casos e tomar as medidas necessárias, a contar da publicação do texto da decisão. Essa resolução, que que estabelece os critérios para efeito de ocupação de cargo comissionado ou função gratificada no Poder Judiciário Estadual, será publicada no Diário de Justiça da próxima segunda-feira.

Ontem, o Diário de Justiça trouxe a exoneração da filha de um desembargador de um cargo em comissão. Ela tem a função original de escrevente em Viana, onde volta a atuar. Com a nova resolução, fica

Frederico Luís Pimentel, a ex-diretora de Distribuição do TJES Bárbara Sarcinelli, cunhada do magistrado, e dois advogados.

As investigações da operação apontaram evidências de nepotismo no TJES, expediente que teria servido como elemento facilitador das ações delituosas. Diálogos autorizados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) sugeriram a possibilidade de ter havido manipulação de concurso público para o cargo de juiz de Direito, para viabilizar o ingresso de familiares de desembargadores.

A restrição imposta pela nova resolução vale para as comarcas do Estado. A única exceção é para quem já ocupava cargo comissionado ou função gratificada no Tribunal de Justiça, no mínimo um ano antes da eleição ou nomeação do desembargador com o qual tenha parentesco.

A reação do Tribunal de Justiça

Veja as medidas tomadas após o início da crise no Judiciário estadual

■ **FUNÇÕES.** Os desembargadores Frederico Guilherme Pimentel, Elpídio Duque e Josenider Varejão Tavares foram afastados dos cargos. Antes, Pimentel já tinha sido afastado da presidência do tribunal.

■ **OUVIDOR.** O desembargador Elpídio Duque também foi afastado do cargo de ouvidor-geral do Judiciário.

■ **FILHO.** O tribunal abriu processo administrativo contra o juiz Frederico Luís Schaider Pimentel,

filho do presidente afastado, Frederico Guilherme Pimentel.

■ **NEPOTISMO.** Os desembargadores aprovaram uma resolução que proíbe parentes de magistrados em linha reta, colateral e até terceiro grau e também por afinidade, cônjuge ou companheiro (a), de ocupar cargo comissionado no Tribunal de Justiça, ainda que esses servidores sejam concursados.

■ **TERCEIRIZAÇÃO.** Todos os concursos para juiz e servidor foram terceirizados.

■ **PROCESSO.** O tribunal também decidiu abrir procedimentos contra juízes e servidores envolvidos.

■ **RESTRIÇÃO.** Os servidores foram proibidos de manusearem processos em que estejam envolvidos juízes ou desembargadores com os quais tenham parentesco

■ **APURAÇÃO.** Haverá

correição extraordinária (verificação e fiscalização) em Varas da Grande Vitória que estejam envolvidas no esquema.

■ **STJ.** Um ofício foi enviado para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde tramita o inquérito, para análise do afastamento dos desembargadores envolvidos.

■ **DEMISSÃO.** Os servidores envolvidos foram demitidos de seus cargos comissionados.

Crime organizado. Militantes dos direitos humanos também estariam sob risco, afirmou Hartung

Hartung: secretário e juiz foram ameaçados

Segundo o governador, o secretário Rodney Miranda e o juiz Carlos Eduardo Lemos são alvo de intimidações

■ Em entrevista publicada ontem no jornal Correio Braziliense, o governador Paulo Hartung (PMDB) afirmou que o secretário de Segurança Pública, Rodney Miranda, e o juiz da Vara de Execuções Criminais de Vitória, Carlos Eduardo Lemos, foram ameaçados de morte pelo crime organizado. Os dois tiveram papel de destaque nas investigações que levaram à prisão o coronel da Polícia Militar Walter Gomes Ferreira, acusado de ser um dos mandantes do assassinato do juiz Alexandre Martins de Castro Filho.

“Nós temos militantes dos direitos humanos que denunciaram o crime organizado e autoridades estaduais que estão novamente sob ameaças, o que é previsível quando criminosos estão sendo libertados por falhas de tramitação de

processos no Judiciário”, disse o governador.

Hartung também avaliou como positiva a reestruturação no Judiciário, após a grave crise aberta no Poder com a prisão de três desembargadores na Operação Naufrágio.

Confira os principais trechos da entrevista:

Operação da PF

Estamos acompanhando esta nova operação com muito entusiasmo. Ela conta com apoio da sociedade capixaba, das organizações da sociedade civil e das autoridades constituídas. Na verdade, estamos fechando um ciclo de renovação das instituições.

Suspeitos soltos

(Essas pessoas) foram colocadas em liberdade por uma falha da Justiça capixaba. Os processos não conseguiram chegar a bom termo nas varas por onde tramitam. Ou seja, não conseguiram chegar ao julgamento para dizer se é culpado ou inocente. É por isso



GILDO LOYOLA

CRISE. Hartung avaliou como positivas as medidas do Judiciário

que esta intervenção (Operação Naufrágio) criou uma oportunidade de renovação, de crescimento. A decisão dos desembargadores de fazer uma revisão de todas as áreas onde tramitam este processo é um sinal que o Tribunal de Justiça, diante do que aconteceu com seu antigo presidente, está disposto a cortar na própria carne e fazer as modificações que precisarem ser feitas.

Ameaças

Nós temos militantes dos direitos humanos que denunciaram o crime organizado e autoridades estaduais (o juiz Carlos Eduardo Lemos e o secretário Rodney Miranda) que estão novamente sob ameaças. Por isso, avaliamos como muito positivo o que está acontecendo aqui na Justiça do Espírito Santo, que vive a sua maior crise, mas começa a

Frase

“Estamos acompanhando esta nova operação com entusiasmo. Ela conta com apoio da sociedade capixaba, das organizações da sociedade civil e das autoridades”

ser reestruturada.

Reação à crise

Eu acho que essa operação vai ajudar o Espírito Santo. O difícil é ter a determinação e a coragem de fazer a reestruturação das instituições. E isso estamos vendo presente no Estado. A sociedade deseja essa reestruturação, em busca de um padrão ético entre o público e o privado. Estamos dando

um passo à frente. Podemos ser o exemplo de outro paradigma se formos capazes de superar as mazelas e desvios de condutas de autoridades.

Primeiras medidas

Várias medidas foram adotadas, mas queria ressaltar a mais importante. Há muitos anos a OAB luta para que os concursos do Judiciário sejam feitos e organizados por instituições externas. Essa agora, finalmente, foi tomada pelo Tribunal de Justiça. Essa medida é muito importante para oxigenar a Justiça capixaba. Os próprios processos que ficaram engavetados estão sendo analisados. A crise gerou uma oportunidade de renovação do Judiciário capixaba. Além disso, o Conselho Nacional de Justiça vai se pronunciar sobre o caso. Uma operação como essa joga energia na renovação das instituições capixabas. É um choque ético no Judiciário que provocará um novo avanço institucional.